

4. Coleção Panem Nostrum: A Obediência

Giuseppe M. Cagni

4

*Coleção  
Panem Nostrum*

# A Obediência

*Santo Antônio Maria Zaccaria  
(1502 - 1539)*





*Coleção “Panem nostrum” nº 4*

A Regra do coração

IX. XC+.

A Pobreza

**A Obediência**

Padres e Irmãos Barnabitas

2018

A Obediência, tradução do original italiano L'Ubbidienza, Firenze 1980,  
por Maria Lúcia Pereira Karam, Rio de Janeiro 2017

Espiritualidade zaccariana

A todos os Barnabitas, Angélicas, Leigos de São Paulo de Língua Portuguesa e às pessoas que amam as nossas Congregações.

Nossa capa: Pe. Wagner Domingos Barbosa CRSP  
Nossa Senhora Mãe da Divina Providência  
Vital da Capela do Estudantado São Barnabé  
Alto da Mooca - São Paulo (SP)

*“Repare como o homem, criado livre, é conduzido pela Providência, de tal modo que o obriga e o incentiva sem forçá-lo e sem nenhum constrangimento.” (20103)*

## APRESENTAÇÃO

É terrivelmente incômodo falar hoje de obediência: tem-se a impressão de estar apresentando uma parenta pobre e mal vestida. Se, então, é um superior que fala do tema, dispara um mecanismo estranho pelo qual, a cada momento, parece se colocar ou colocar os demais *sub judice*. É sinal de sabedoria passar por cima desses medos, que perigam se tornar complexos. A obediência é algo importante demais para ser sacrificada a modismos, ainda que religiosos. “*Cabeça dessa Instituição*”, dizem as Constituições de 1579 (II, 1), ainda válidas como nosso código ascético. Portanto, é preciso falar do tema. E é bom que quem fale seja um superior, quando ainda é tempo, pois, sem dúvida, a verdadeira obediência se aprende com os superiores, quando é vista tanto do alto como de baixo.

A frase de Dom Milani exageradamente famosa e deturpada (“*A obediência não é mais uma virtude*”), que, dentre outras coisas, foi escrita a propósito do serviço militar e não da obediência em si, é repetida como um slogan indiscutível das pessoas de hoje, para quem nada parece menos razoável de se propor do que a obediência. Isto seria justo se a obediência fosse algo imposto de fora e não, ao contrário, aquela maravilhosa coisa que evangelicamente nos nasce de dentro como exigência de amor, a ponto de se tornar o **alimento** que não podemos dispensar como o foi para Jesus (Jo 4,34). “Obediência” pode ser um termo equívoco: em sentido teológico indica uma realidade; em sentido humano indica algo totalmente diverso. Os comandos da obediência não são ordens distintas, mas sim revelações daquilo que Deus aprova ou rejeita. Sabemos que obedecemos a Deus; não aos homens. O verdadeiro superior religioso é o Cristo vivo. O que importa se, normalmente, podemos alcançá-lo somente através de mediações humanas? Alcançamo-lo! E basta. As mediações humanas têm a

mesma função dos sinais indicativos das estradas: não são a meta, mas a indicam e, de certo modo, a tornam presente.

É preciso falar pouco sobre a obediência, pois aqueles que dela falam muito, geralmente, são os que a vivem menos. Todavia, os poucos pensamentos aqui recolhidos prometem ser uma ajuda para a vida. Incompletas, soltas, apressadas, essas poucas considerações são oferecidas não para ser objeto de elucubrações e discussões, mas sim para ser aprofundadas na oração e realizadas na prática. Mas, é preciso mais do que esse opúsculo para traduzir na vida o comportamento obediente de Jesus! Por isso, o colocamos com fé sob a proteção de Nossa Senhora da Providência, nesse 250º ano de seu culto público: que a disponibilidade da “Serva do Senhor” nos ajude a viver fielmente a disponibilidade do “Servo de Javé”, cumprindo amorosa e perfeitamente a Vontade do Pai.

Florença, Advento de 1981.  
Giuseppe M. Cagni

Na famosa carta ao Pe. Soresina, escrita três semanas antes de sua morte, o Santo Fundador disse: *“Se, daqui pra frente, eu não perceber mudanças em você e se você não se comportar deste modo, isto é: que sempre veja a mim, ao ver os outros superiores: que sempre veja em mim e nos meus semelhantes o Cristo Jesus Pastor de sua alma em pessoa: que você procure proceder de um modo autêntico e simples, vivendo os valores diante de mim e deles, como faria diante de Cristo Jesus: se você não fizer isso, não ficarei satisfeito com você e pedirei ao Crucificado que me tire deste mundo, para que você não me traga tanta angústia!”* (11011)

Pelas expressões utilizadas se entende como nosso Santo exigia que no superior, aliás, no próprio fundador, se desmontasse totalmente a realidade individual para atingir a realidade espiritual, a verdadeira: Jesus Cristo **Pastor** “com imagem própria”, isto é, em carne e osso e, como tal, obedecido. Não há base mais verdadeira e sólida para fundamentar a obediência.

Em tempos de pouca fé como os nossos, é verdadeiramente difícil ver Cristo nos superiores, considerando-se isto um piedoso exagero de tempos idos, quando, na vida religiosa, gostávamos de sacralizar tudo. Por isso é necessário fortalecer bastante esse ponto, antes de entrar em outras considerações: com efeito, disso depende a compreensão não só da obediência religiosa, mas de qualquer obediência na Igreja.



## ***Cristo, autoridade única***

Para apoiar a obediência em bases sólidas, geralmente se parte da **paixão e morte** de Jesus, citando o trecho da Carta aos Filipenses (2,8-9), na qual Cristo é apresentado como “o Obediente” até a morte, e à morte de cruz, por amor ao Pai e aos homens. Mas, dessa vez, nos seja permitido partir da **ressurreição**, mistério central de nossa fé e de nossa vida.

Cristo ressuscitou. Portanto, está vivo. Está e estará sempre conosco (Mt 28,20) na plenitude de seu ser e de suas funções. Mesmo depois da ascensão não deixou de estar presente aqui na terra; só perdeu a visibilidade. Está invisível, mas totalmente real e, assim, Ele continua em sua Igreja a ser Sacerdote, Mestre e Pastor, aliás: o único Sacerdote, o único Mestre, o único Pastor. Mas, como somos, por nossa condição atual, necessitados de visibilidade, o Cristo vivo se faz visível através da hierarquia e, através desta, continua a exercer seu ministério pastoral. Nisso, ninguém pode substituí-lo. A própria hierarquia não “participa” da autoridade de Cristo, mas somente a torna visível: “Na pessoa dos Bispos, assistidos pelos sacerdotes, o Senhor Jesus Cristo está presente no meio dos crentes... Os Bispos, de forma visível, representam o próprio Cristo e agem em seu nome” (LG 21).

Assim como Jesus santifica pessoalmente sua Igreja através do sacerdócio ministerial, que não é uma participação em seu sacerdócio, mas sim seu próprio sacerdócio tornado visível e feito sinal sacramental (com efeito, é Cristo em pessoa que consagra, batiza, perdoa, ainda que o homem-sacerdote que realiza tais sacramentos seja o maior dos pecadores), também é Ele pessoalmente que governa a Igreja, através de vigários e representantes que tornam visível sua autoridade. O Papa é o sucessor de São Pedro, que está morto; no entanto, não é o sucessor, mas sim o vigário de Cristo, que está vivo e continua a governar a Igreja de modo perene e múltiplo (SC 7), através do próprio Papa e dos

Bispos em comunhão com ele.

Se, assim, Cristo é a única – não apenas a suprema – autoridade, isto significa que, na Igreja, qualquer forma possível de autoridade é relativa e subordinada à de Cristo, ou melhor, é uma expressão visível de sua autoridade invisível: “Quem vos escuta, escuta a mim; quem vos despreza, despreza a mim” (Lc 10,16). Cristo jamais se ausentou da Igreja. É ele pessoalmente (“*em pessoa*”, diria nosso Santo) que a governa, a instrui e a santifica.

Isto posto, não é fantasia ou exagero, e sim uma profunda verdade teológica, ver no superior-autoridade (não no superior-homem) a pessoa do próprio Cristo e ter perante ele o comportamento que deve ser assumido perante Cristo.

De resto, nessa visão teológica da obediência, o Fundador estava amplamente apoiado em São Paulo. Escrevendo aos Coríntios, o Apóstolo não só afirmara: “Cristo fala através de mim (2 Cor 13,3), mas ainda se qualificara “embaixador de Cristo, como se o próprio Deus exortasse através de mim” (2 Cor 5,20). Orientando a dura obediência dos escravos a seus donos (quão difícil era ver o Senhor nesses homens!), Paulo escreve: “Escravos, obedçam a seus donos **como a Cristo...** cumprindo a vontade de Deus de coração, prestando serviço de boa vontade **como ao Senhor e não como a homens**” (Ef 6,5-7); o que exigia também dos cristãos comuns, em tudo, como escrevera aos Colossenses quase com as mesmas palavras: “Qualquer coisa que fizerem, façam-na de coração **como ao Senhor e não como aos homens**” (Cl 2,23). Portanto, a doutrina de nosso Santo Fundador, além de profundamente teológica, também é profundamente paulina: no superior é preciso ver Jesus, como os Gálatas o fizeram com o apóstolo Paulo: “Não obstante minha doença devesse ser repugnante, vocês não me desprezaram, mas sim me acolheram como um anjo de Deus, ou melhor, **como Cristo Jesus**” (Gl 4,14).

Diga-se ainda que esta visão teológica e bíblica da auto-

ridade chegou a nosso Santo também através da grande tradição monástica, absorvida no estudo de Cassiano e das *Vitae Patrum*, às quais sabemos que nossos Primeiros dedicavam parte de seus dias. Nas Cartas do Santo Fundador – por exemplo, na Carta 7 – pode-se notar que os superiores são identificados com três vocábulos diferentes: “mestre” para indicar o superior canônico; e “guias” e “superiores” para indicar os demais. Essa última terminologia foi tirada da tradição monástica, na qual se fala de “guias exteriores”, como expressão do “guia interior” ou “superior interior”: frases preciosas pois demonstram que os antigos monges entendiam a autoridade como um instrumento externo da suprema autoridade interna de Cristo Senhor. Por isso, dizia ainda a tradição, os guias externos devem apenas colocar em evidência e fazer desabrochar a obra criadora do guia interior, sem sobrepor-se a este, mas sim o servindo e coadjuvando-o.



***Cristo, apresentando-se como simples homem, humilhou-se a si mesmo, tornando-se obediente até a morte, e morte de cruz.***  
(Fl 2,7b-8)

## *Quem é o superior?*

Obedecemos somente a Cristo e, com ele, a Deus. O superior não é o objeto formal de nossa obediência; tampouco pode ser visto como subordinado a outro objeto formal superior. É simplesmente um intérprete e transmissor da vontade de Outro, ao qual, na realidade, obedecemos.

O superior consciente disto não só não se sente criador automático da vontade de Deus, mas está na escuta, com temor e tremor, numa dupla docilidade, por si e pelos outros. Sabe que o fato de obedecer garante que seus religiosos façam a vontade de Deus, mas não o garante de comunicá-la. Todos nós na Igreja somos chamados a obedecer, mas ele o é de modo mais amplo e compromissado do que os outros. Assim, qualquer forma de autoritarismo e de apropriação de autoridade é um abuso teologicamente condenável, pois tanto quem dá ordens quanto quem as segue deve fazê-lo com consciência de súdito do único superior, que é Cristo e, como ele, “ansioso por cumprir, antes de tudo e acima de tudo, a vontade do Pai” (Jo 4,34).

O superior não é a vontade de Deus, mas aquele que a procura comigo; e, quando a encontra, **deve** comunicá-la a mim, agrade-me ou não, pois, de outro modo, ele mesmo seria infiel ao seu Senhor. Não é abusivo quando me comunica a vontade do Senhor no âmbito das Constituições: é abusivo quando se afasta delas. Nele não devo levar em consideração o homem, mas Aquele por cujo amor eu empenhei minha liberdade, por saber que autoridade e obediência constituem dois aspectos complementares do mesmo mistério.

Decerto não devo sacralizar qualquer obediência, mas sei que posso sacralizar toda a minha obediência: depende de onde quero chegar com minha fé e meu amor. Ainda que ninguém deva apressadamente atribuir a Deus tudo que saia da cabeça do superior, todos devem, no entanto, saber que é sempre possível

encontrar Deus no próprio superior, mesmo que não seja de modo automático.

A obediência cristã é possível somente na fé, que é um seu elemento constitutivo e nos põe em contato direto com Deus mediante a união de nossa vontade com a sua (Ef 2,18). Modernamente, tornamos sem graça o culto à obediência e fantasiemos demais a respeito dela porque perdemos o sentido de uma fé que nos anime e nos motive internamente de maneira contínua. Os santos, homens de fé, estavam profundamente convencidos que Deus guia os acontecimentos, ainda que mínimos; e isto não é uma fantasia, e sim o Evangelho. “Por acaso não se vendem dois pássaros por um tostão? No entanto, nem mesmo um deles cairá na terra sem que vosso Pai o queira. Até mesmo os cabelos de vossas cabeças estão todos contados” (Mt 10,29-30). Nosso Santo Fundador, na Carta 3 (10309), cita essa passagem para incentivar seu amigo Carlo Magni a cultivar em si o comportamento que a sabedoria popular exprime na máxima “Nenhuma folha cai sem que Deus o queira”. E, na realidade, Deus jamais desilude a fé de quem crê nele, deixando-se encontrar e tocar mesmo onde outros só veem o vazio. Os santos também estão profundamente convencidos que é o próprio Deus quem guia as pessoas sinceramente obedientes, inclusive através de mediações desconcertantes, pois a qualidade do meio não invalida o valor da substância. Assim, descuidar-se da obediência é sempre sinal de uma fé claudicante.

Em quem obedece, o importante não é remeter-se à vontade do superior, mas sim à vontade de Deus, pois todo problema de obediência deve ser resolvido em chave teológica, mais do que em chave ascética. Trata-se de nos convenceremos, na ação quotidiana, que não existe autoridade fora de Cristo, que está vivo no meio de nós e age pessoalmente em sua Igreja, servindo-se de mediações apenas para tornar visível o exercício de sua função de Pastor, como dizemos na Liturgia das Horas: “Você que, em seus

vigários, continua a desenvolver sua missão de mestre e pastor, faça com que jamais desvaneça **sua presença**, mediante ministros santos e santificadores” (*Laudes* do Comum dos Pastores).

Precisamos verdadeiramente obedecer! Com o pecado original nascemos em estado de desobediência e rebeldia contra Deus: estado agravado em seguida por nossas ulteriores desobediências pessoais, que vão tornando mais “nossa” a desobediência original. O batismo, incorporando-nos a Cristo, iniciou em nós um processo pascal que nos faz penetrar sempre mais no estado oposto de obediência ao Pai. O caminho de Cristo – e, portanto, nosso – é o inverso do caminho de Adão, ou seja, é um caminho de obediência até a morte na cruz, que é o ápice de sua obediência. Ser “batizados em sua morte” (Rm 6,3) é ser batizados em sua obediência e, assim, estar inseridos naquele processo de docilidade e total disponibilidade que, hoje, se prefere chamar de “processo de consagração”. Nós religiosos, com os votos, fazemos uma profissão pública deste processo. Por isso, precisamos obedecer – e, para nós, obedecer é uma graça.



Como Cristo, que veio para servir

## ***O problema das mediações***

A obediência não levantaria nenhuma dificuldade se as ordens viessem diretamente de Deus. Mas, infelizmente, não existe nenhum “telefone vermelho” entre nós e Ele! Todavia, a experiência deveria ter nos ensinado que facilmente espiritualizamos nossos egoísmos e douramos nossos caprichos: o Santo Fundador diz, com São João Crisóstomo, que nossos verdadeiros inimigos espirituais somos nós mesmos (20613) e que, frequentemente, nossas fantasias se nos apresentam como “*Deus que costuma providencialmente fazer sumir o fervor e a devoção*” (31238). Deus, assim, não pode contar com uma comunicação em via direta, fazendo-o através de mediações concretas em um contexto concreto: consciência, família, comunidade, congregação, Igreja. Além disso, os acontecimentos – especialmente quando imprevistos ou até mesmo não desejados – são os portadores mais sinceros da vontade de Deus: sinais que mesmo os analfabetos sabem ler! É, pois, própria da condição humana a necessidade de “mediadores” para descobrir o que o Senhor quer de nós.

No entanto, a primeira coisa a fazer – por mais que possa parecer uma blasfêmia – é crer que a vontade de Deus realmente existe. Quem duvida disso jamais a encontrará. Deus se propõe a todos, mas não se impõe a ninguém.

Além disso, é preciso pensar que a única mediação sempre válida é a da Igreja, pois sem uma forte fé eclesial há o perigo de sairmos de órbita. Todas as mediações podem ser expressão da vontade de Deus, mas não são a vontade de Deus, nem sua voz; são apenas “sinais” que devemos ler com absoluta honestidade. Por exemplo, quem quiser encontrar o Senhor através da mediação de sua própria consciência jamais deverá esquecer (como dizia Paulo VI em 25-7-1974) que “*não é a consciência que dita a norma, mas é ela que a aceita e a aplica; nesse ínterim pode comandar, na medida que ela própria obedece*”.

Assim, ninguém pode se iludir de viver a verdadeira obediência a Deus no Espírito, se não levar a sério as mediações humanas, ou melhor, se não as valoriza e acolhe não apenas com docilidade, mas também com reconhecimento. Podemos dizer que, à medida em que uma pessoa cresce na fidelidade a Deus, essa mesma fidelidade a faz sentir uma necessidade quase física de conhecer e fazer a vontade de Deus, por isso se esforçando para não desprezar nenhum meio que a possa indicar. Mas, infelizmente, os que recusam as mediações são exatamente aqueles que delas mais necessitam!



***Ninguém pode se iludir de viver a verdadeira obediência a Deus no Espírito, se não levar a sério as mediações humanas.***

Os padres da Comunidade de Jacarepaguá com o Pe. Provincial (agosto de 2017)



## *Jesus, nosso modelo*

A obediência faz parte da trilogia clássica dos conselhos evangélicos; aliás, algumas Ordens – dentre as quais a nossa –, em suas origens, a professaram como **único** voto religioso. Quando, porém, a crítica bíblica pôs sob exame esse conselho, concluiu que sua conformidade evangélica está longe de ser demonstrada. Assim consideram não apenas os biblistas, mas também os teólogos.

Isto é verdade somente conforme certa linha de raciocínio, isto é, se, para fundamentar a conformidade evangélica da obediência fosse necessário ter um ou mais textos bíblicos que dela falassem expressamente. Mas isso não se exige, e temos muito mais do que textos: temos a inteira conduta de Jesus. Toda a sua vida é revelação; não apenas suas palavras. Por pouco que se folheie o Evangelho, logo salta aos olhos a total e profunda obediência de Cristo. Nós, na prática fiel da obediência, também temos ampla margem de liberdade; Cristo não. Cada palavra e ato seus estavam registrados na Bíblia, previstos pelos Profetas centenas de anos antes; e Jesus escrupulosamente a eles se atinha com rigor, “para que se cumprissem as Escrituras”, tanto que alguém mais desenvolvido pôde dizer: “Mas, o Pai Celeste não podia ter um pouco mais de consideração por seu Filho?”. É preciso, pois, arregalar bem os olhos sobre a obediência de Cristo, para entender qual deverá ser a nossa.

Jesus é o homem livre por excelência. Não tem medo de ninguém, nem está condicionado por ninguém; não necessita de ninguém. No entanto, exatamente ele, tão soberanamente livre, jamais afirmou sua liberdade como autossuficiência, mas sim com uma contínua, completa e amorosa referência ao Pai: “Meu alimento é fazer a vontade do Pai” (Jo 4,34); “O Filho não pode fazer nada por si mesmo” (Jo 5,17). Jamais sua obediência tomou o aspecto de inevitável respeito a uma lei ou autoridade exterior,

tendo sim sempre se revelado como um amoroso respeito ao Pai. Aliás, o Evangelho jamais diz que Jesus **obedecia** ao Pai, jamais dizendo que devemos obedecer ao Pai ou aos homens; usa somente o verbo “obedecer” (jamais o substantivo “obediência”) a propósito de coisas inanimadas – vento, mar, árvores – ou espíritos imundos. Ao contrário, a expressão preferida de Jesus é “fazer a vontade do Pai”: dessa o Evangelho está cheio. É estranho que Cristo não atribua vontade ao diabo! A única vez que fala disso (Jo 8,44) chama-a **desejo** (do latim “*desideria*”, no plural). “*Voluntas*”, ao contrário, é adotada por Jesus somente para Deus e para os homens: sinal de respeito por sua dignidade. Se falamos de “obediência” em Jesus, é nos rastros de São Paulo, que dela trata amplamente.

Jesus tinha consciência de estar no centro do plano divino, aceitando-o com todas suas consequências e a ele aderindo com amor total. Decerto, ele tinha visão exata da vontade do Pai, porque a via e possuía com absoluta certeza: não assim conosco, que caminhamos na fé e a quem o querer divino chega através de mediações humanas como hipóteses prováveis, muito prováveis, mas jamais como certezas absolutas. Por isso, muitos dizem que a obediência de Jesus é diversa da nossa.

Penso que essa maneira de raciocinar seja um dos clássicos sofismas que frustram o ímpeto espiritual e, no fundo, a própria verdade. Insistindo nisso, verdadeiramente arriscamos “esvaziar o Cristo” (1 Cor 1,17). Então, tampouco a castidade de Cristo era como a nossa, porque ele não tinha concupiscência e jamais experimentou o enorme esforço, especialmente em determinados períodos da vida, de resistir às tentações da carne. Então, tampouco a pobreza de Cristo era como a nossa, porque ele jamais foi dominado pelo desejo de possuir e seria absolutamente impossível que, para ele, os bens da criação se tornassem “ídolos”. No entanto, Cristo é, para nós, um verdadeiro modelo de pobreza, castidade

e obediência. Se o subestimamos, não há salvação: construímos um Cristo filosófico e, portanto, inexistente, ao invés de reconstruirmos o Cristo bíblico, único verdadeiro.

E dele a Bíblia diz que aprendeu a obediência em sua pele. Valha, por todos, o testemunho da Carta aos Hebreus: “Ele, nos dias de sua vida terrena, ofereceu orações e súplicas com gritos fortes e lágrimas Àquele que podia liberá-lo da morte. Embora sendo Filho, **aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu**” (Hb 5,8-9). Eu ousaria dizer que o que verdadeiramente nos salvou não foi tanto a Morte de Cristo, mas sim sua obediência. Se o Pai tivesse querido salvar o mundo com outro tipo de morte ou com outra coisa, Cristo decerto o faria. Mas, assim como o Pai quis a morte na cruz, Cristo abraçou decididamente este gênero de morte que, no entanto, repugnava: no Getsêmani, a tensão entre sua vontade humana e a do Pai levou-o não a suar frio, mas a suar sangue (Lc 22,44) Exatamente por isso São Paulo diz que estamos justificados **por meio da obediência de Jesus**, assim como nos tínhamos tornados pecadores por meio da desobediência de Adão (Rm 5,19)

A obediência de Jesus é, pois, o perfeito e definitivo sacrifício da nova aliança, ao menos segundo o autor da Carta aos Hebreus: “Entrando no mundo, Cristo disse: ‘Não lhe agradaram nem holocaustos, nem sacrifícios pelo pecado. Então, eu disse: Venho para fazer, ó Deus, a sua vontade’”. Com isso, ele aboliu o antigo gênero de sacrifícios e estabelece um novo. E é exatamente **“naquela vontade que nos santificamos”** (Hb 10,5-10). É um sacrifício perfeito e redentor exatamente porque, celebrado na obediência do coração, expressa o verdadeiro e total retorno da criatura ao Criador, mediante uma oferta a que nada é subtraído. Por isso, Cristo se converte no modelo supremo da verdadeira obediência, que nasce do amor e deságua no amor. “Se me amam, observem meus mandamentos” (Jo 14, 21).

A obediência de Jesus ao Pai não se realizou apenas diretamente, mas também de forma mediata: lei, autoridades constituídas, acontecimentos. É exatamente aqui que Jesus obediente se mostra um modelo mais a nosso alcance. “Submetera-se a Maria e a José” (Lc 2, 51), porque, para ele, naquele momento, era o modo concreto de obedecer ao Pai. Quando Augusto ordenou o censo, seus fins políticos eram bem distintos da vontade de Deus; de todo modo, a Virgem e São José, deslocando-se para Belém para obedecer ao decreto imperial, na prática, obedeceram a Deus, que queria que seu Filho nascesse em Belém, conforme as Escrituras. Ainda mais clara é a lição que brota da morte de Cristo. Ela deriva de vontades contrastantes! Caifás, Anás, Pilatos, o sinédrio, o povo: todos tinham uma vontade própria, em tensão com as outras, até que prevalecesse uma. Jesus se submeteu à decisão de Pilatos e do sinédrio, mas, na realidade, obedecia à vontade do Pai, expressada através das intenções distorcidas e das manobras duvidosas dos homens. Aliás, o evangelista João (11,49-52) vê, na maliciosa frase política de Caifás, nada menos do que uma profecia, a expressar a determinação do Pai de salvar a humanidade através da morte de Jesus. Bastariam essas poucas considerações para entender a importância teológica da obediência mediata: virtude de forma alguma ultrapassada.

Mais uma coisa. O Evangelho jamais registra falta de obediência na comunidade apostólica. Falta de humildade, sim; de generosidade, de abertura, de altruísmo, sim; de obediência, jamais. Jesus, que exercita sua autoridade entre os discípulos, funda o gênero de obediência que, mais tarde, será praticada pelas comunidades religiosas. Seu comando é como o do Pai para ele: não é uma obrigação imposta de fora, mas sim uma comunicação de amor vinda de dentro mediante a infusão de seu Espírito, de modo que o nosso **fazer** a obediência parta de nosso **ser** obediente. Devemos olhar para Jesus não apenas como aquele que nos ensina

o modo de obedecer, mas também como aquele que nos dá o poder de obedecer. É sua ação que opera em nós: devemos pensar nisso especialmente quando temos vontade de agir por conta própria. E se é verdade, como diz o Concílio, que a vida religiosa não é nada além de uma oferta de nós mesmos para Cristo, a fim de que Ele prolongue em nós sua vida pobre, casta e obediente, então, cada um de nós é como uma nova natureza humana ofertada ao Verbo, para que possa renovar seu mistério redentor de morte e ressurreição através da sua e da nossa total obediência ao Pai.



***Jesus se submeteu à decisão de Pilatos e do sinédrio, mas, na realidade, obedecia à vontade do Pai, expressada através das intenções distorcidas e das manobras duvidosas dos homens.***

***A obediência deve ser voluntária e não forçada  
(30202)***



***O homem deve estar pronto e disposto a obedecer à  
intenção do superior, sem esperar o preceito da obe-  
diência (30202)***

***A observância regular não pretende sobrecarregar,  
mas suavizar e levar à observância da lei, não com  
força, mas pelo amor (31706)***



***As regras não valeriam nada se não estivessem gra-  
vadas em nossos corações (10703)***

## ***A doutrina do Santo Fundador***

Não só as Constituições barnabitas de 1579 dizem que a obediência “*huius Instituti caput est*” (II, 1), mas também o Santo Fundador diz que esta “*é o primeiro voto solene da vida religiosa*” (31706). Mas, estranhamente, nas suas Constituições, ele dedica à obediência o capítulo mais curto, o segundo: só dez linhas (na edição em Português). Nosso espanto desaparece quando refletimos que a obediência é uma virtude experimental, a ser aprendida não da teoria, mas sim na própria carne. Os primeiros Barnabitas estavam tão imersos nela que não precisavam de grandes tratados; no entanto, o Santo Fundador fala dela com frequência, ainda que em rápidos acenos, que desejamos citar aqui antes de passar a uma breve exposição sistemática da obediência barnabita.

A primeira nota que o Santo Fundador ressalta na obediência é seu aspecto crucificador: “*A Religião é uma cruz contínua. Diziam os Apóstolos (Rm 8,36), que Deus nos manda, cada dia, carregar a nossa cruz (Lc 9,23). Será que você é discípulo de Cristo? Carregue a cruz, castigue o corpo com a fome e os cansaços, permaneça sempre em oração, use do seu tempo para ajudar o próximo, agarre-se à obediência e não se afaste dela*” (20135). Isto está em sintonia com a “disciplina da cruz” sobre a qual Barnabitas e Angélicas construíram sua espiritualidade, na imitação concreta do Crucificado. Assim como o Salvador, por amor a nós, se “esvaziou” (como diz São Paulo) daquilo que tinha de mais precioso, isto é, sua divindade, nós também, por amor a ele, devemos praticamente nos esvaziar do que temos de mais precioso, isto é, nossa vontade. “*Comprometam-se com atitudes de humildade e de simplicidade e não procurem a própria vontade, mas a de Cristo em vocês, pois assim se sentirão mais facilmente pertencentes a Ele*” (10711). “*Ensine aos Noviços a dominarem as suas vontades, de tal modo que fiquem tristes quando tiverem de agir a seu modo e fiquem alegres e se sintam honrados tendo*



*que fazer como os outros querem, desde que tais coisas não sejam expressamente más. Ensine-lhes, ainda, a sempre agradar aos outros - mesmo que contra sua vontade - e a não fazer questão, em tudo e por tudo, do seu modo de ver, não exigindo o direito de dizer, nem tendo a ousadia de falar assim: “Quero desse jeito, não quero daquela maneira”, mas digam: “Quero o que vocês querem; não quero o que vocês não querem”. Convença os Noviços a pedirem a Deus a graça de querer vencer as suas vontades. E, perseverando nesta oração, Ele cumprirá perfeitamente neles, o que pedirem, desde que façam tudo para se tornarem de acordo com o seu pedido.” (31208-09). “Quando vocês virem alguém fazer tudo o que quer, ou então dizer: “quero” e “não quero”; e quando virem os superiores se queixarem porque não têm a quem poder confiar ou comunicar algumas coisas; por causa desses sinais e de outros semelhantes, vocês compreenderão que a obediência está corrompida.” (31708).*

Essa disciplina de cruz tinha a função de desbastar a alma das gorduras da carne, para fazê-la adquirir aquela delicadeza de espírito que, por si só, capta a voz de Deus e sabe responder-lhe com docilidade. *“Não lhes convém a conversa fiada: o que convém, isso sim, é observar o silêncio que lhes foi pedido. Não lhes fica bem trabalhar, falar ou pensar, sem um controle interior e exterior. E assim, o fato de não terem o controle de suas vontades, as levaria ao desleixo, pois elas ainda estão longe do ideal. Terem um cargo, seria motivo de presunção; saber muitas coisas, motivo de orgulho; a distração as tornaria relaxadas; o não mortificar a própria vontade, mesmo nas coisas boas, as tornaria grosseiras e as afastaria totalmente dos ideais de São Paulo e de sua vida. Reflitam e vejam o mal que é para elas desejar comodidades; embriagar-se - não de vinhos finos- e saciar-se - não de comidas requintadas - mas de consolações espirituais e se alimentarem, mesmo que só um pouco, com a auto-satisfação: se não forem*

*cegas, elas verão o mal que estas coisas fazem.*” (10913). Mesma função tinha o duro tirocínio a que se submetiam os postulantes, exatamente para mortificarem em si “a vivacidade da carne” e torná-los dóceis à voz do Espírito: *“Observem a natureza de uns e de outros e procurem compreendê-la muito bem, isto é, ver se o candidato está sem luz ou sem fogo. Vocês conhecerão esta realidade, observando não só por um dia, mas por muito tempo.”* (31105).

Segundo nosso Santo, uma pessoa rudemente modelada pela obediência *“tem a cabeça esvaziada de fantasias”* (31226) e vendo claramente o ideal encontra em si a força para realizá-lo com determinação e constância. Aos dois cofundadores pedia orações *“Coragem! Levantem-se de uma vez por todas e juntem-se a mim, porque eu quero que arranquemos juntos esta erva daninha, se é que ela também está em vocês. Mas, se ela não pegou em vocês, venham ajudar-me, pois em mim, ela está plantada no coração. Pelo amor de Deus, ajudem-me de perto a arrancá-la, para eu poder imitar Jesus Cristo, que assumiu uma atitude concreta contra a falta de firmeza, obedecendo até à morte (Fl.2,8) e correu, para não se omitir, ao encontro da vergonha da cruz, não ligando para o que ia sofrer (Hb.12,2). E, se agora vocês não têm outros meios para me ajudar, venham em meu socorro, pelo menos com suas orações.”* (10214). O estar sempre determinado cria a convicção interior e a força de vontade, que é uma das características da obediência. Sobre esse ponto, Zaccaria é de uma clareza extraordinária: *“A obediência deve ser voluntária e não forçada. O homem deve estar sempre pronto e disposto a obedecer à intenção do Superior, sem esperar o preceito da Obediência.”* (30202). A força de vontade na obediência resulta mais ainda do que o Santo prescreve aos superiores: *“O Superior não tem a permissão de obrigar um irmão sob pena de pecado grave, seja qual for o motivo, a não ser com o consentimento dos Discretos;*

*mas isso aconteça só raríssimas vezes. Será um mau, - digo mais, - um péssimo sinal, quando os superiores forem obrigados a se comportar de tal maneira. Seria um mal menor expulsar da Congregação essas pessoas, do que obrigá-las sob preceito”* (30201). Ninguém desobedece sem piorar um pouco os outros também; se um membro está doente, a doença é de todo o corpo. Por isso *“a sua expulsão não é feita por crueldade, mas por misericórdia, para que não estrague os outros”* (31403).

No século XVI, todas as casas religiosas tinham uma cela isolada, na qual eram postos como em um cárcere, por um ou mais dias, os ditos “incurrigíveis” na obediência. Exatamente para ressaltar a vontade livre que o religioso deve ter ao dar a Deus a oferta da própria obediência, o Santo Fundador afirma que não é necessário um cárcere, pois o desobediente se coloca, por si mesmo, fora da comunidade. Com efeito, prossegue nosso Santo: *“Irmãos, façam de tal modo que não haja prisões, nem qualquer outro tipo de torturas entre nós, porque julgamos supérfluo punir, dentre nós, os que não se deixam violentar pelo amor da virtude e de Deus e pelo temor do juiz divino ou humano; pois não pretendemos dar-lhes leis de temor, mas de puro amor. Quem, pois, não se corrigir depois da terceira admoestação, seja expulso da Congregação na quarta vez, para nunca mais voltar.”* (31401-02). Portanto, não virtude e regularidade a qualquer custo, mas oferta convicta e amorosa no próprio serviço ao Senhor. O valor da obediência reside integralmente na livre escolha por amor. Ninguém sabe fazer coisas à força; nem mesmo o diabo. *“Saibam que a observância regular não pretende sobrecarregar, mas suavizar e levar à observância da lei, não com força, mas pelo amor.”* (31706). Outra característica da obediência, ressaltada por nosso Santo, é sua natureza, que a faz ficar, intimamente ligada às outras virtudes. O primeiro elo é com a **humildade**: *“Não há humildade sem humilhações desejadas ardentemente, porque a humilhação*

*está sempre ao lado da humildade. Por causa dessa humildade, o homem reconhece que suas atitudes o fazem inimigo de Deus, indigno de todo o bem e digno de ser desprezado por todos; por isso, o verdadeiro humilde é afável, agradável a todos e, portanto, perfeitamente apto para a reforma.”* (31812). Com efeito, na Carta 7, desaprovando algumas manifestações de insubordinação e irregularidade, assim ele interpela a comunidade de São Barnabé: *“Afinal, o que estamos querendo? Por acaso queremos ser patrões ou senhores? Ou queremos ajudar-nos uns aos outros no caminho da perfeição e da humildade? E se é assim - como de fato é - por que um destrói o que o outro faz?”* (10709).

Outro elo é com a virtude da **pobreza**. Não é verdadeiramente pobre quem, embora tendo renunciado a tudo, ainda conserva a si próprio. Dirigindo-se às monjas, diz o Santo Fundador: *“as suas orações não valem nada. Por que? Porque no dia do seu jejum e nos dias das suas orações, isto é, em todas as suas ações, você se comporta como dona da verdade, faz valer o que é seu.”* (20133). Em toda a tradição barnabita “dono da verdade ou proprietário” é um termo injurioso, designando aquele que age por sua cabeça e dispõe de coisas que não são mais suas (30401, 31609; Constituições 1579, II, 3). Como pode ter o culto da vontade de Deus aquele ainda ligado à sua própria vontade?

O terceiro elo é com a virtude do **fervor**: *“A tibieza, a qual costuma levar à murmuração, criar divisões e induzir os irmãos a levantar-se contra os superiores”* (31828). O segredo da perfeita obediência está no fervor: *“É preciso que você se proponha avançar cada vez mais e em coisas mais perfeitas.”* (31820). *“Procure aumentar sempre aquilo que você começou em si e nos outros, porque o tamanho da perfeição é infinito.”* (31821). *“Meu desejo foi sempre o de vê-lo progredir sem parar. E, se por acaso, ficar claro que você não está seguindo as minhas orientações, mesmo que se comportasse assim por ignorância, por falta de atenção*

*e não por maldade, isso teria sido, para mim, como uma facada no coração”* (11002).

O último elo é com a **autenticidade**, ou luta contra o formalismo, segundo o preceito paulino, que pede a nós *“que nos ofereçamos a nós mesmos”* (Rm 12,1). Ao Santo Fundador não interessa tanto a exatidão da obediência exterior, mas sim a exata orientação interior. O Mestre *“ensine aos Noviços o silêncio e outros comportamentos exteriores. Ensine-lhes a refletir e a considerar bem as razões pelas quais estes comportamentos são pedidos, em vez de considerá-los como um fim em si mesmos.”* (31247). Obter da comunidade essa obediência iluminada é tarefa própria do superior: *“Desse modo, ele se esforce, não só em plantar e inserir os bons costumes, mas em inserir, introduzir e incrementar as raízes desses mesmos bons costumes. Em outras palavras, não basta que os exorte à paciência, à humildade, à castidade e a outras virtudes só porque lhes são úteis, mas deve introduzir, na pessoa, as razões e as causas pelas quais devemos inserir em nós mesmos tais virtudes”* (31905). Com efeito *“cuide de introduzir muito mais, as razões do porque devemos plantar os bons costumes, do que dizer apenas: “É preciso adquirir tal virtude”, só porque isso compete ao próprio superior.”* (31905). Segundo Antônio Maria Zaccaria, um preceituário excessivamente minucioso não é sinal de observância cuidadosa, mas antes disso *“que a obediência foi relaxada”* (31706); e, jogando com a semelhança fonética das palavras, diz que os “preceitos” se tornam *“precipícios”* nos quais o religioso cai e se suicida (31706).

O problema da “mediação” na busca da vontade de Deus é tratado pelo Santo Fundador, com amplitude e modernidade surpreendentes, no sermão sobre o quarto mandamento (20418-22), que, obviamente, tem relação direta com a virtude da obediência. Com abundância de argumentações bíblicas, ele demonstra que *“se o homem quiser chegar a Deus, é necessário que ele vá por*

*meio de outro homem*” (20420) e que desta sua ação “*se Deus é espírito e o homem matéria: ...só podemos chegar a Deus por meio de outro homem*” (20423). Paradoxalmente – e ele assim o adverte – cita um trecho da *Scala Paradisi* para chegar à mesma conclusão: “*Os santos monges costumavam citar uma frase traduzida por São João Clímaco e que deve ser entendida no bom sentido: “Mais vale ter Deus com ira, que o próprio orientador espiritual; porque, se Deus está com ira, o orientador espiritual reza por você; mas, se o orientador espiritual estiver irado, quem rezará por você? (P.G.XLV,416-417) Isso quer dizer que você deve passar pelo homem.”* (20420). Logo, “*se o homem quiser chegar a Deus, é necessário que ele vá por meio de outro homem*” (20420).

O motivo é sempre o mesmo: a natureza espiritual de Deus não pode garantir que o homem alcance sua vontade, se esta não se encarna em algo concreto e experimentável: “*Deus é espírito (Jo.4,24); Deus age de maneira invisível e, por isso, sua ação espiritual só é vista com os olhos da mente e do espírito: na maioria dos homens, esses olhos são cegos e em todos os homens, esses olhos estão desacostumados e indecisos para ver. Mas o homem está perto, o homem é corpo, que age para o outro homem: o que ele faz é visível*” (20419). O fato de nosso Santo ter praticado o que ensinava se depreende de suas próprias palavras, ao escrever que, ao se ter de necessariamente tomar uma decisão, sem tempo para se aconselhar, deve-se recorrer com fé ao Espírito Santo mediante a elevação da “*nossa mente, pedindo o dom do conselho;*”, mas “*tendo tempo e oportunidade para pedirmos orientação, vamos ao nosso orientador espiritual e, conforme o que ele disser, fazemos ou deixamos de fazer algum trabalho ou outra coisa qualquer.*” (10209). E exatamente para seu diretor espiritual, escreveu: “*Querido pai, não se esqueça de mim e seja meu intercessor junto a Deus, para que Ele me livre das minhas limitações, da minha*

*moleza e do orgulho.*” (10108). É o que basta para documentar a seriedade com que o Santo Fundador considerou as mediações humanas no “andar pelo caminho de Deus” (cf 31246).

É sob essa luz de fé que deve ser visto o superior. Nos **Escritos** de Zaccaria existem abundantes elementos para traçar com suficiente clareza o quanto deve agir o superior segundo seu coração, tendo bem presente, porém, que ele não atribui a responsabilidade da observância regular apenas ao superior, mas sim a toda a comunidade: *“Assim como convém aos Superiores procurar a caridade em proveito dos irmãos, assim também é necessário que os irmãos ajudem os Superiores na correta observância,”* (31406). Em casos excepcionais, não é nem necessária a presença do superior na construção do edifício espiritual, pois o projeto já existe – é aquele de Deus –, assim como já existem os trabalhadores, ou seja, todos indistintamente: *“Na falta de quem mande, cada um seja seu próprio mestre e se supere.”* (10710). E ainda: *“Sendo assim, tendo quem os governe, deixar-se-ão governar. Se for um anjo a governar vocês, não se preocuparão com quem os governa, seja este ou aquele e, quando não tiverem ninguém para os governar, a sua própria consciência os governará. E, tendo governo ou não, vocês conservarão sempre a união com os seus chefes”* (10707).

Todavia o superior é sempre um claro ponto de referência para todos: uma espécie de consciência e memória da comunidade: *“Não fiquem pensando que esquecer ou relaxar as ordens dos nossos superiores seja uma coisa normal.”* (10704). Era exatamente isso que ele reprovava à comunidade de São Barnabé: *“De fato, parece que há alguns de vocês que não podem ou não querem entender as intenções dos seus superiores”* (10702). Estas **intenções** do superior não são nada mais do que a vontade de Deus e o bem espiritual dos súditos: tremenda responsabilidade de serviço, que obriga o superior a ser mais santo e devotado

do que os outros. *“Caríssimo, se as minhas palavras têm algum valor para você, eu o exorto, peço-lhe e o obrigo em Cristo e por Cristo: abra os olhos e preste atenção no que acabo de escrever; leia com os fatos e não somente com os olhos; fazendo assim, eu lhe garanto que você se tornará outra pessoa, bem diferente do que é agora, do jeito que deve ser, carregando o peso que Deus colocou e ainda vai colocar, de muitos modos, sobre seus ombros. Agindo de outra maneira, você não cumprirá os deveres que tem perante Deus e o próximo e, por isso, não terá desculpa e será punido como transgressor”* – escreve Zaccaria a uma pessoa investida de autoridade (10312).

Devido exatamente à responsabilidade de seu serviço, as pessoas investidas de autoridade têm direito à nossa compreensão e reconhecimento. Diz Zaccaria aos leigos: *“Quem mais tem autoridade? Os Bispos! Porque, como diz Paulo aos hebreus: “Respeitem os dirigentes e sejam dóceis a eles, pois eles se dedicam pelo bem de vocês e terão de prestar contas disso” (Hb.13,17). Daí você pode compreender como é ruim não respeitar as pessoas consagradas e religiosas e ir atrás dessas fofocas que se fazem por aí! Qual a sua situação? Não digo mais nada, só isso: Maria, irmã de Moisés, falou mal de seu irmão e Deus lhe mandou a lepra (Nm.12,1ss.). Entendeu agora?”* (20432). E aos religiosos: *“Desejaria que vocês tratassem os seus guias com a mesma fidelidade com que eles os tratam.”* (10706).

Compreensão e reconhecimento são obrigatórios, não só pelo serviço que nos presta a autoridade, mas também por um sentido de caridade misericordiosa diante desta. Os superiores não são super-homens, mas pobre gente como todos, com um fardo redobrado a carregar. Eles também podem enfrentar dificuldades pessoais, com o cansaço e talvez também com o desânimo – é nesse momento que devem ser apoiados pela caridade dos confrades, como o Santo Fundador fez com a priora das Angélicas durante a difícil missão de Vicenza: *“Será que vocês não*



vêm que Ele lhes abriu as portas com suas próprias mãos? Portanto, quem os impedirá de penetrar intimamente nesses corações, de mexer com eles e de trabalhá-los, até que fiquem enriquecidos com verdadeiros valores? Ora, ninguém! Seja quem for, nem o demônio, nem criatura alguma (Rm. 8,39).” (10602). Embora o superior deva ser sempre “discreto, benévolo e afável com todos; paciente e não zombe de ninguém.” (31907), pode acontecer que, em algumas situações, se deixe levar por sua personalidade, talvez pelos aspectos menos positivos desta; neste momento, é preciso que nos revistamos de misericórdia, pois os superiores dela necessitam, como qualquer outra pessoa. “No futuro, vocês não considerarão rigorosas as palavras e o comportamento dos seus superiores, mas em todas as ocasiões, saberão governar-se, ora mais, ora menos rigorosamente, mas sempre conforme as intenções deles. E vão evitar também imitações bobas dos modos e das falas dos outros, porque se fica bem a uma criança dizer mãe ou mãezinha, papai ou papaizinho, isso já não seria próprio de um homem adulto. O mesmo se diga para as coisas espirituais.” (10707-08). É óbvio que os defeitos aumentam de dimensão quando vistos nos superiores: serão, então, a misericórdia e a fé que os reduzirão às suas reais proporções: “O demônio lhes mostra algumas imperfeições dos Mestres, para que vocês não acreditem neles e não lhes contem o seu íntimo: e, como vocês são inexperientes nas batalhas espirituais, ele os engana.” (31225).

Pode acontecer, porém, que o superior se torne efetivamente indigno do ofício que exerce, ou que, ao invés de estimular o fervor, favoreça o relaxamento. Nosso Santo, no capítulo 17 de suas Constituições, traça um quadro bem sombrio do mau superior e, conseqüentemente, da má comunidade: “Quando vocês virem os superiores encontrarem desculpas para os seus defeitos e quiserem ser perdoados e, pelo contrário, usarem de grande rigidez contra os defeitos dos seus irmãos, não aceitando nenhuma justificação da parte deles; quando vocês virem os

*superiores sem coragem para punir os defeitos dos seus irmãos e até adulá-los; saibam que, nesses, já desapareceu a justiça e o temor de Deus. Quando vocês ouvirem muitos, especialmente os superiores, falarem assim: “Assim está bom, não fiquemos preocupados com uma perfeição maior”, ou ainda: “A nossa Congregação está relaxada”. Quando vocês virem os superiores mais preocupados com o cortar as conseqüências e os resultados dos defeitos do que arrancar suas raízes, que são o amor próprio e as outras paixões. Quando virem os superiores e todos os irmãos com receio de desagradar as pessoas de fora; até pelo contrário, procurando satisfazer-lhes as vontades, como por exemplo: se, numa solenidade, eles quisessem uma Missa a seu gosto, mesmo contrária à Liturgia do dia, ou então se quisessem conversar com os irmãos a seu bel-prazer, passear com eles, comer e satisfazer a gula ou coisas semelhantes. Quando virem os superiores e todos os irmãos, ao invés de exortarem os outros para a prática dos sacramentos, se afastarem deles e afastarem os outros também; ou então frequentarem os sacramentos fora do nosso costume, só para agradar ou até para lucrar alguma coisa. Quando virem que as exortações dos superiores e dos irmãos não dão resultado, que eles usam palavras solenes, pregam coisas estéreis ou se detêm em curiosidades, que têm medo de ofender as pessoas de fora, falando sobre as virtudes e sobre os defeitos apenas em linhas gerais, nunca descendo aos pormenores. Quando vocês perceberem que o que se fala nas Reuniões é mais especulação e disputa do que coisas morais e práticas; que as eleições dos superiores e dos que têm outros cargos são controvertidas e se discute a respeito da diferença dos graus e da posição social de cada um; que aumenta o número dos irmãos que não têm vocação e que esses são mantidos na Congregação por medo que ela acabe. Quando, pois, vocês virem e ouvirem essas e muitas outras coisas, que seria cansativo enumerar, talvez vocês possam compreender que os bons costumes estão caindo, ou já caíram em decadência” (31714-15).*

Sempre que se verificasse semelhante situação, seria preciso pôr em funcionamento uma estrutura de emergência, isto é, a figura do “prefeito”. Este era o religioso mais observante e “*zeloso para com as coisas da Congregação*” (31408), eleito pela comunidade logo depois dos discretos, tendo como tarefa “*ver se algum dos discretos ou até mesmo o próprio superior foram negligentes ou injustos*” (31408). Não é que fosse um “super-preposto”; estava autorizado tão somente a reunir o capítulo sempre que o preposto e os discretos não zelassem pela observância ou fechassem os olhos para graves transgressões da Regra. Se as coisas se assentavam, ótimo; em caso contrário, o Santo Fundador prevê, ou melhor, aconselha a cisão da Congregação, estabelecendo minuciosamente seu procedimento jurídico (cf. 31609-10).

Mas, graças a Deus, em seu tempo, os superiores estavam conscientes de sua responsabilidade e os religiosos competiam para corresponder aos cuidados que deveriam ter. Ele escreveu às Angélicas: “*Quero lembrar-lhes: correspondam facilmente à grande dedicação da Madre Paula e alegrem nosso pai comum,... o padre superior, Tiago Antônio Morigia*” (10509). E a uma Angélica da missão de Vicenza: “*E você, Francisquinha, se você reconhece que o mal se transformou em bem na sua vida, não pelas suas forças, mas por causa da atenção dos que procuram trazer-lhe vida em Cristo, reconheça também a obrigação que você tem de retribuir a eles, ou seja, que se sintam felizes por todos os cansaços que enfrentaram por sua causa. Você vai ganhar com isso e as outras também.*” (10609). Ainda às Angélicas: “*Eu peço a vocês que procurem trazer-me alegria*” (10504). “*Ah! Quero lembrai-lhes: correspondam facilmente à grande dedicação da Madre Paula e alegrem nosso pai comum, ... o padre superior, Tiago Antônio Morigia*”. (10509). Esta fiel correspondência, expressa pelo verbo “contentar” ou por outros sinônimos, frequentemente retorna à pena de nosso Santo: “*Procurem dar-me grande*

*satisfação e lembrem-se de que, estando aqui ou fora, vocês têm a obrigação de dar-me satisfação” (10712); “Eu peço a vocês que procurem trazer-me alegria, de tal modo que, quando eu chegar aí, consiga ver o progresso de vocês, cada uma se esforçando mais que a outra.” (10504). E, ao que parece, nosso Santo manteve muitas dessas correspondências fiéis: “Digam a todas que estamos com elas e que Jesus Crucificado nos obriga a dedicar-lhes todo o nosso afeto, porque elas são muito generosas!” (10612).*

Única exceção: a carta ao Pe. Soresina, que deveria ser lida integralmente, seja porque o tema diz respeito exatamente à obediência, seja porque documenta a ternura paterna com que o Santo Fundador tratava seus filhinhos. Basta um único trecho: *“Quero dizer-lhe mais uma coisa, prezado Pe. Batista. Soube que você não tem, com Pe. Superior (Tiago Antônio Morigia), a mesma simplicidade de atitudes que tem comigo e isso me encheu de tristeza, pois se comporta diante dele de maneira fingida. Isso me atravessou o coração! E teria sofrido muito mais, se tivesse acreditado em tudo o que ouvi. Que coisa! Sua falta seria muito grave, se isso tudo fosse verdade! Se você tiver mesmo esta falha quem mais eu poderia elogiar, pois eu o considero como aquele cujas atitudes devem trazer-me grande alegria! Pobre de mim, se todos os meus filhos têm tão pouca preocupação em alegrar-me; teria sido melhor nunca tê-los gerado, para depois se desviarem!” (11005-06). A conduta de Soresina, mais devotado a Zaccaria do que a Morigia, talvez denote a preferência dos primeiros barnabitas por ter como superior canônico o próprio Fundador, não fosse o obstáculo posto pela humildade dele, que jamais quis saber disso. Foi-nos transmitido (**Premoli I**, 475) que Zaccaria era chamado “O Maior”, mas ele jamais fez essa prerrogativa pesar sobre sua comunidade; usou-a tão somente como ascendência espiritual para zelar pela santidade comum. A carta a Soresina se conclui exatamente com um belíssimo ato de deferência pela autoridade:*

“E, em meu nome, peça a bênção a todos os padres, de modo especial ao Pe. Superior Tiago Antônio Morigia e ao Pe. Bartolomeu Ferrari” (11016). Certamente, a obediência é uma virtude difícil, especialmente para pessoas de grande inteligência. Afirmo-o nosso Santo: “Os homens, quanto mais inteligentes, mais se agarram às suas opiniões.” (20202). Por isso, o superior deve se revestir de doçura e misericórdia, como fazia Zaccaria, o que é atestado pela Angélica Sfondrati: “Asseveram as primeiras Madres que, embora ocupado com assuntos do serviço de Deus e benefício das almas, estava sempre atento para que não lhes faltassem nem sapatos, nem chinelos, nem outras miudezas. E fazia questão de prover pessoalmente todas as necessidades de suas filhinhas; qualquer delas que recorresse a ele, seja a que hora fosse, era sempre acolhida com uma face e palavras benignas e suaves” (**Memórias**, pp. 15-16). Tudo indica que esses sentimentos estavam enraizados nele, pois os expressou desde quando, jovem sacerdote, dirigiu aos pais de família estas palavras sobre as quais não é fora de propósito sugerir que os próprios superiores religiosos meditem: “Já o pai deve saber que o filho é a mesma coisa que ele e, por isso, deve-lhe respeito. É o que Paulo dizia: “Pais, não dêem aos filhos motivo de revolta contra vocês...” (Ef.6,4). Ah pais! Vocês são causa de tantos males para seus filhos! Por isso, eles devem respeitá-los e não ter medo de vocês como se fossem empregados; e vocês os devem criar como filhos e não como escravos, evitando ser moles demais, mas também não muito severos. Os filhos devem obedecer-lhes, mas vocês não podem mandar nada que seja contra Deus. Não lhes dêem maus exemplos, nem com palavras, nem com fatos. Esforcem-se, acima de tudo, para que eles não os vejam dominados pelas paixões, principalmente a ira. Caríssimo, preste atenção! Você deve isto a seus filhos e a todos os empregados e a qualquer pessoa que vive na sua casa! Os filhos não devem ser motivo de tristeza para vocês e sim de alegria

*dentro do possível; e vocês não os devem prender demais a vocês, principalmente quando os vêem fazendo o bem e trabalhando em alguma coisa boa.” (20426).*

Concluindo essa breve resenha de frases do Santo Fundador a propósito da obediência, apraz-nos recordar estas em especial: - A obediência deve sempre se apoiar na verdade e na simplicidade. Ninguém pede que se exagerem as proporções ou que se assumam atitudes fingidas para com os superiores: *“Todos os aduladores estão enquadrados nesse caso: principalmente os subalternos em relação a seus superiores. E não só eles, mas todos os que acham que o próximo é melhor e, que, por isso, ficam exageradamente serviçais em relação a ele.” (20223).* Todo exagero é reprovável, mesmo em relação à autoridade: *“aqueles que elogiam demais o homem, estão enganados” (20226),* consciente ou inconscientemente. *“Os extremos se tocam”,* diz o provérbio.

- A obediência deve ser sinal de reconhecimento, mesmo quando se torna, para nós, um remédio amargo. *“Você não agradece aos que o corrigem. Qual é a maior libertação? Ficar livre das enfermidades do corpo ou do espírito? Do espírito, não há dúvida! E aquele irmão chama a sua atenção e o repreende respeitosa-mente, por uma e por outra razão, e você não faz nada do que ele diz! Que coisa! Pense que, não aceitando os bons conselhos que ele lhe dá, você não o reconhece, não lhe agradece e até, muitas vezes, “joga pedras nele” por causa das boas obras que ele faz (Jo. 10,32); e, se você não faz isso com palavras, pelo menos pensa: “Esse homem só gosta de criar caso...” Deus queira que você não fale coisas ainda piores!” (20430).* A linguagem pitoresca de nosso Santo não apaga a rispidez de determinadas reprimendas, talvez públicas, feitas por nossos superiores. Mas, ele tem razão: são dons a serem encarados com reconhecimento, porque nos liberam de nossos males e conduzem a alma à saúde do fervor ou “ascensão do coração”: *“Não posso ser ingrato com*

*os meus benfeitores. Pelo contrário, vou considerar-me devedor de todos, eu me submeterei a todos e me humilharei e procurarei viver de acordo com todos, para que Deus, na sua bondade, me aqueça o coração.”* (20437).

- A obediência, mesmo sendo uma escolha pessoal, deve se estender a dimensões comunitárias, ou mesmo, eclesiais. Como fato pessoal, exigirá resolução, ou mesmo violência: *“São poucos os que vão por este caminho, porque “como é estreita a porta e apertado o caminho que levam para a vida, e são poucos os que a encontram”* (Mt.7,14); *poucos querem ser violentos consigo mesmo e “são os violentos que procuram tomá-lo”*” (20210). A maior violência será aquela para vencer nossa *“cabeça dura”* com a ajuda do Espírito Santo (10504).

Como **fato comunitário**, além da construção da obediência mediante nossa conduta exemplar, devemos nos sentir responsáveis também pela conduta alheia; e, se alguém transgredir a Regra ou as ordens dos superiores, não nos sintamos autorizados a fazer o mesmo; ao contrário, devemos nos sentir empenhados em uma observância ainda mais perfeita, de modo a cobrir com nossa generosidade o empobrecimento espiritual causado a nosso pequeno *“corpo místico”* pelas faltas dos confrades: *“Ninguém transgrida as ordens e, se alguém as transgredir, o outro as observe melhor ainda.”* (10710). Com efeito, na medida em que todo membro da Igreja desfruta do progresso que cada um faz no amor, assim também nossa Congregação continuamente se enriquece ou se frustra pelas obras de seus filhos.

Como **fato eclesial**, trata-se de aderir com doçura filial às diretrizes da santa Igreja. Este aspecto é fortemente ressaltado por nosso Santo. Isso é compreensível, pois seu tempo estava plenamente afetado pelo ciclone da revolução protestante: *“Deus diz ainda: “Não faça para você ídolos...”*, o que significa que você não deve seguir opiniões e invenções meramente humanas, tais

*como as novas heresias e ideologias. Pra resumir: você não está querendo agir de acordo com a orientação comum da Igreja!”* (20120).

Se nosso santo Padre pudesse nos escrever hoje, talvez não nos chamasse, como chamou as Angélicas, “*um exemplo vivo do Cristo Crucificado.*” (10901); talvez ainda nos dirigisse aquele apelo urgente e consolador, aqui posto para fechar o trancado e decerto inábil discorrer sobre sua doutrina: “*Filhos e plantas de Paulo, alarguem os seus corações (2Cor.6,13), pois quem os plantou e ainda planta, tem o coração maior e mais aberto que o mar e não sejam inferiores à vocação para a qual foram chamados (Ef.4,1). Se vocês quiserem, serão, desde já herdeiros e filhos legítimos do nosso santo pai e dos grandes santos e o Cristo Crucificado estenderá suas mãos sobre vocês. Não minto para vocês e não há ninguém de nós que queira mentir, por isso, procurem dar-me grande satisfação e lembrem-se de que, estando aqui ou fora, vocês têm a obrigação de dar-me satisfação. Chega! Que o próprio Cristo escreva... a nossa saudação em seus corações.*” (10712)



**Aos meus queridos companheiros, Bartolomeu e Tiago Antônio. O Deus da paz e de toda graça os guarde e lhes conceda aquela firmeza e decisão em tudo o que fizerem e desejarem, como eu gostaria.**  
(10201)

**Coitados de nós! A firmeza e a decisão que devemos ter para fugir do mal, não as estamos usando para fazer o bem; tanto é verdade, que eu me admiro muitas vezes com a grande falta de firmeza que está em mim e isso vem de longe!** (10203)



## ***Um olhar sobre a obediência barnabita***

Hoje, os estilos de obediência nos Institutos religiosos são diversos, cada um se vinculando a um carisma particular; todavia, podem ser reduzidos a umas poucas orientações fundamentais. Algumas Ordens dão à obediência um valor quase místico, vendo nela a comunhão com Cristo feito obediente até à morte e o prolongamento desta sua obediência como culto perfeito ao Pai, na execução fiel e amorosa de sua vontade. Outras Ordens, embora sem negar este aspecto, concebem-na mais como comunhão fraterna e partilha de um estilo evangélico de vida com referência não apenas aos superiores, mas sim a toda a comunidade enquanto tal, conforme as instituições e os usos radicados na própria carne do Instituto. No primeiro caso, a obediência requer o encontro de duas vontades (a minha e a de Deus), que passam pelo caminho da mediação do superior; no segundo caso, a obediência requer o encontro da vontade de Deus com todas as vontades do Instituto, construindo-se à medida que a família religiosa como um todo – superiores ou não – se insira mais profundamente na fidelidade ao seu próprio projeto de vida. Todos, porém, reconhecem que ambas as orientações pertencem à lógica interna da “*sequela Christi*”.

Devido a circunstâncias particulares, os primeiros Barnabitas e as primeiras Angélicas conseguiram, de modo surpreendente, fazer uma síntese perfeita desses dois aspectos. E, para que esta não pareça uma afirmação gratuita, permitam que nos detenhamos um pouco na história dos Barnabitas, lamentando que, devido à perda de documentos, não possamos fazer o mesmo em relação à história das Angélicas, que notoriamente conservaram por mais tempo o espírito genuíno do Santo Fundador.

Nossa obediência nasceu de uma visão espiritual bem precisa: a imitação da *kênosis* do Crucificado. Aqui se torna bastante evidente o modelo paulino. Todavia, por uma série de circunstâncias (dentre as quais, e não menos importante, a morte de Frei Batista

de Crema exatamente quando o projeto da Congregação estava se configurando), nenhum dos primeiros Barnabitas sabia, com exatidão, em quais estruturas se encarnaria seu carisma. Na base, tinham um sério trabalho espiritual, sustentado pela obediência comunitária como única mas fluida estrutura. Obediência entendida não como disciplina de governo, na medida em que ainda não existia um superior canônico, mas sim como necessidade existencial de um grupo de homens que tentava descobrir o que o Senhor queria deles, para, então, poder institucionalizá-la e vivê-la.

No início, tinha-se, portanto, a imitação do Crucificado. Conscientes de que seu problema fundamental era descobrir a vontade de Deus e conformar-se a ela, procuraram chegar lá através da conformidade de Cristo que, para se conformar à vontade do Pai, se fizera obediente até à morte. Entrar em comunhão com o Crucificado era, para os Nossos, se colocar nas melhores disposições para descobrir o caminho traçado por Deus para eles. Vinham todos da Eterna Sabedoria e, portanto, estavam habituados à partilha espontânea do que o Senhor lhes inspirasse, como se fora patrimônio de todos, sem um verdadeiro chefe que programasse e colocasse em execução as atividades, ainda que Zaccaria fosse o líder natural que incendiava o grupo. Disso deriva o caráter provisório de nossos primeiros ordenamentos. As Constituições do Santo Fundador nunca foram um texto promulgado e oficial; as diretrizes espirituais e disciplinares eram tomadas nos capítulos quotidianos, dos quais participavam todos os membros da casa: as deliberações, chamadas de “ordens” e “ordenamentos”, tinham valor de lei até serem ab-rogadas ou substituídas, o que acontecia com relativa facilidade. Os ofícios comunitários tinham uma espécie de *regulae officiorum*, chamadas de “*formulae*”, mas essas também estavam sujeitas a variações sempre que se fizesse necessário. Além disso, todos os regulamentos se submetiam a revisão a cada ano, na primavera. É compreensível, pois, que, com

ordenamentos práticos de tal forma provisórios, nossos Primeiros centrassem sua atenção sobre o Cristo modelo de obediência ao Pai, no perfeito sacrifício de si, procurando reproduzir sua vida e seus sentimentos naquela exasperada “*disciplina crucis*”, a tal ponto de fazê-los correr o risco de serem queimados vivos em casa como hereges, na medida em que Milão não estava pronta para receber sua rude mensagem. Nem quando, em 15 de abril de 1536, obedecendo aos documentos pontifícios, foi eleito o primeiro superior canônico na pessoa do Pe. Morigia, as coisas sofreram uma transformação profunda. À parte a solenidade da investidura em um contexto litúrgico e a viva deferência para com a autoridade, manifestada nos mil sinais de veneração, os mínimos dos quais eram os tão frequentes “*Benedicite*”, na prática, os Atos Capitulares nos apresentam o superior mais como um “*primus inter pares*” do que como o responsável pela comunidade. Os capítulos – dos quais nem sempre o superior participava – continuavam a ser a assembleia legislativa da casa e o momento mais importante da jornada, após o ato litúrgico. Tinham uma dimensão quase sacramental, por realizarem a promessa de Cristo: “*onde estiverem dois ou mais reunidos em meu nome, estou ali no meio deles*” (Mt 18,20), assegurando a luz de sua presença, com a qual é menos fácil errar nas decisões. Os quatro Discretos desenvolviam colegialmente a função de discernimento indicada por seu nome: preparavam a ordem do dia para os capítulos, estavam atentos para que tudo na casa se procedesse ordenadamente e em conformidade com as deliberações capitulares, mas, sobretudo, cuidavam do proveito espiritual de cada um, de modo a poder reportar sobre isso ao capítulo ou ao superior. Nas Constituições de 1552, ainda vinha codificada a figura do “*Prefeito*”, mas com funções mais atenuadas do que nas Constituições do Santo Fundador: com efeito, ele ainda cuidava da observância das Constituições, ordenamentos e costumes regulares, bem como que os oficiais desenvolvessem

suas missões com zelo; mas, não estava mais autorizado a reunir o capítulo para corrigir o superior e os discretos sempre que estes não cumprissem seus deveres. Era dito apenas: “*Si quid viderit corrigendum vel emendandum, id sollicite curet*” (Se houver algo a ser corrigido ou reparado, que se o faça com zelo).

Esse tipo de obediência é a passagem verdadeiramente decisiva para a responsabilização. Quando se compreende que não somente são nossos os problemas pessoais mas também os de todos os demais, renuncia-se a delegar – comodamente – à autoridade o que pareceria ser sua tarefa exclusiva. Aqui se vê como a obediência não coloca os superiores de um lado e os súditos de outro, estando sim todos juntos tanto na busca quanto na concretização da vontade de Deus. Sobre isso sabe alguma coisa nosso Padre Berna, que, um dia, se impôs uma série de penitências porque, por uma mal entendida humildade, jamais se pronunciava nos capítulos, sempre se remetendo aos demais. Naquela ocasião, foi obrigado a expressar claramente seu próprio parecer.

Não obstante isso, nossos Primeiros eram intransigentes no que diz respeito à obediência: “*huius Instituti caput est!*” Embora bastante democráticos em tudo, tinham apenas uma palavra de ordem: “romper com as vontades próprias, sempre, em tudo”. Ou rompiam com suas vontades exatamente porque eram democráticos? “*Qui Deo servire ex animo cupiunt, omni debent carere propria voluntate per totalem suimet abnegationem, unde ex obedientia verum fit cordis sacrificium Deo*” (Const. 1552, *De Obed.*) (*Quem deseja servir a Deus ardentemente, deve fazer menos da própria vontade em tudo, por meio da total abnegação de si mesmo; dessa forma, pela obediência, fará verdadeiro sacrifício do coração a Deus*). Cristo, que sacrifica a si próprio ao adotar a carne humana e prosseguir em seu caminho de obediência até à morte na cruz, aliás, até a quotidiana renovação eucarística de seu aniquilamento (eis unidos o Crucificado e a Eucaristia!),

foi o modelo longamente meditado e imitado pelos Nossos, que o reproduziram em si mesmos ao vivo, conforme a bela intuição do Santo Fundador: “*o Apóstolo Paulo lhes apresenta um Cristo Crucificado em todos os sentidos, não só Ele Crucificado, mas também crucificado nelas*” (10914). Esse nobilíssimo gesto de anulação de nossa vontade pela fé, para aderir à vontade de Deus como nos é manifestada pelos superiores, não cria passividade, mas sim comunhão: Quem ama tem olhos para tudo e todos, empregando a fundo as melhores energias sempre e em toda parte, visto ou não visto (cf. 11003). Aqui se usa um termo que só o verdadeiramente obediente compreende e o faz de coração. Talvez seja essa a “obediência de filhos” de que fala o Santo Fundador (cf. 10706): obediência de família, em que não são necessárias ordens, mas sim indicações.

Já se notou que a diferença entre a obediência segundo as Constituições de 1579 e as atuais reside inteiramente aqui: as velhas Constituições insistiam mais na comunhão com o mistério do Crucificado; as novas, sobre a comunhão com os irmãos para a fiel realização do projeto evangélico comum. Ainda hoje, o primeiro tipo de obediência não é nem um pouco desvalorizado entre nós: é um grande exercício para a fé, assegurando com bastante eficácia a formação do caráter e a educação da vontade. Nas difíceis circunstâncias da vida, ainda é este tipo de obediência que libera as situações: o abandono à vontade de Deus, quando não há outra luz a não ser a ordem do superior, é o único caminho para a paz. Mas, a obediência há de ser praticada também nas circunstâncias normais da vida; neste ponto, o segundo tipo é o preferido atualmente, desde que se apoie em motivações de fé, pois, de outro modo, nos tornamos joguetes de quem tem a palavra pronta ou o raciocínio fácil, já que onde faltam ou são demasiadamente fracos os líderes constituídos é fácil se tornar presa dos líderes naturais. Esse outro tipo de obediência pressupõe muito exercício democrá-

tico e uma forte dose de renegação. Exatamente por ser tão bem aceito hoje, esse tipo de obediência também é tão contrafeito. A experiência ensina que, com frequência, após longas discussões, tem-se a impressão de decidir “*pelo bem da paz*”, não porque se tenha atingido a luz da verdade na alegria de uma busca fraterna e construtiva. Nem se fale de quando levamos dos capítulos ou das reuniões uma ponta de amargor interior, ao invés de paz e fraternidade. Então, somos tentados a dizer que essa obediência dita “adulta” seja uma farsa infantil e cruel.

Felizmente, nós Barnabitas, em nossos mais de quatrocentos anos de história, não temos exacerbado nem um nem outro desses dois tipos de obediência, tendo sim instintivamente fundido ambos em uma síntese, mediante aquele “espírito de família feito de simplicidade e serenidade” que todos reconhecem em nós. Jamais, em nossa Congregação, ordenamos “em virtude da santa obediência”. Para fazê-lo, nossos superiores – desde o tempo do Fundador – eram obrigados a recorrer à forma solene do “preceito”: por escrito, com o consenso dos conselheiros, após várias admoestações, etc.; pensavam, pois, duas vezes! Este fato é emblematicamente eloquente, especialmente se comparado com a prática de outros Institutos tão antigos quanto o nosso, onde o comando “em virtude da santa obediência” está na ordem do dia. A não imposição de uma ordem, mesmo sabendo-se que podemos impô-la em determinadas condições, me parece atribuir grande dignidade à própria obediência.

Essa síntese equilibrada entre autoridade e comunidade – vivíssima nos primórdios da Congregação, ligeiramente deixada nas sombras na legislação de 1579 e hoje recuperada conforme a letra e o espírito do Vaticano 2º – me parece um bem de família a ser custodiado com infinito reconhecimento ao Senhor, até porque nos demonstra quão rico de uma surpreendente modernidade de valores é o patrimônio espiritual de nossas origens.

## ***Obediência e Igreja***

O Concílio (PC 14), falando dos superiores religiosos, afirma que estes “fazem as vezes de Deus” e, por esse motivo, os religiosos devem “a eles se submeter na fé”, sabendo que assim “dão sua colaboração à edificação do Corpo de Cristo segundo o plano de Deus” e “se vinculam cada vez mais estreitamente ao serviço da Igreja”. Com tais palavras, o Concílio reconhece à autoridade religiosa o mesmo valor fundamental da autoridade hierárquica, apontando na obediência religiosa um novo e mais profundo laço de união com a Igreja.

Sabemos que de tudo isso, hoje, há uma aceitação universal do **fato**, embora se discuta o **modo**, isto é, de onde deriva a autoridade dos superiores religiosos. Alguns dizem ser **não hierárquica**, enquanto outros a entendem **hierárquica**. Dentre esses últimos, os que a reconhecem “hierárquica e participada aos superiores de todos os institutos religiosos, masculinos e femininos, se reportam ao famoso discurso de Pio XII aos Superiores Gerais (11 de fevereiro de 1958): “A vida religiosa tem sua razão de ser e seu valor na relação com os próprios fins da Igreja, consistentes na condução dos homens à aquisição da santidade. Nessa missão, **vos delegamos algo de nossa suprema jurisdição**, seja através do Direito Canônico, seja através da aprovação de vossas Regras e Constituições, assim estabelecendo as bases da autoridade denominada **dominante**. Desse modo, vos chamamos a compartilhar nossa suprema responsabilidade” (AAS 50, 154). Outros, no entanto, reconhecem a autoridade como hierárquica somente aos institutos clericais e apostólicos, afirmando que a hierarquia – que tem como seu o dever de **conferir** o mandato da evangelização –, ao aprovar o instituto religioso, lhe confere, de uma vez por todas, a “missão” na Igreja, com isso reconhecendo a seus legítimos superiores o dever de, por sua vez, conferi-la às comunidades e aos religiosos individualmente, no âmbito das Constituições. Outros, finalmente,

negam a natureza hierárquica da autoridade religiosa, dizendo-a carismática, isto é, diretamente derivada do Espírito Santo. Como, no entanto, toca à Igreja verificar a autenticidade dos carismas (LG 12.b), é esta que, ao aprovar um instituto e seu projeto evangélico, reconhece sua autoridade carismática. Se, algum dia, o instituto se desviar do ideal, a Igreja providencia a presença de Visitadores Apostólicos; se até mesmo se tornar infiel a seu carisma, não mais respondendo ao sopro do Espírito, a Igreja o suprime. Com efeito, assim como não poderia dar qualquer autoridade a um instituto que não respondesse ao Evangelho, a Igreja tampouco poderia negá-la ou retirá-la de um instituto verdadeiramente originado de Deus e a Ele respondendo com fidelidade.

Este autor inclina-se para essa última opinião, até porque é mais paulina. Com efeito, na carta aos Efésios (2,20), São Paulo diz que a Igreja está edificada sobre o fundamento dos Apóstolos e **dos Profetas**. Todos os exegetas concordam que esses últimos não são os do Antigo Testamento, mas sim os carismáticos que viviam no tempo do Apóstolo, dos quais os religiosos seriam sucessores, como os Bispos o são dos Apóstolos. Nesse sentido, é significativa a respeitosa crítica movida por alguns ao último e belíssimo documento dos Bispos Italianos, **Comunhão e Comunidade**, em que se diz (38.b e 39.a) que a Igreja e as comunidades cristãs se constituem “sobre o fundamento dos Apóstolos”, sem acrescentar “e dos Profetas”; no entanto, é preciso reconhecer que o documento não cita a carta aos Efésios. De todo modo, a reflexão teológica sobre a fonte da autoridade religiosa (eclesiástica ou não) começa somente agora e provavelmente ainda há muito chão a percorrer. A nós interessa de imediato apenas o que diz o Concílio, isto é, que “os superiores fazem as vezes de Deus” e que, com a obediência, “os religiosos se vinculam cada vez mais estreitamente ao serviço da Igreja”.

Como isso acontece? Também aqui nos ajuda o Concílio:



“Os religiosos, com a profissão de obediência, oferecem a Deus a total renúncia à própria vontade, como sacrifício de si mesmos e, **através desse sacrifício se unem, da maneira mais sólida e segura, à vontade salvífica de Deus**” (PC 14.a). Não por acaso, na Profissão Solene, colocamos a folha escrita dos Votos sobre o altar, junto ao cálice e à hóstia. Há, com efeito, uma força que edifica ininterruptamente a Igreja a partir de seu interior – é esta a obediência de Cristo ao Pai, fielmente prolongada pelos cristãos. Tal obediência é essencial à vida da Igreja; os religiosos a asseguram de modo especial, seja vivendo-a em si mesmos até o ponto do heroísmo, seja formando os fiéis para a adesão aos mandamentos e ao sentido de Igreja. Devem refletir em si mesmos, como um espelho vivo, o prolongamento da obediência de Jesus, que, na prática, se traduz na reconstituição da harmonia da ordem querida por Deus. Assim como, com o breviário, oram também pelos outros, obedecendo, obedecem também pelos outros, trazendo um aumento da força na vida interior de todo o Corpo Místico. Exatamente por isso, “a Madre Igreja se alegra por encontrar em seu seio muitos homens e mulheres que seguem mais de perto a aniquilação do Salvador e mais claramente o demonstram, renunciando à própria vontade; esses, por amor a Deus, no que diz respeito à perfeição, se submetem ao homem para além da estrita medida do preceito, a fim de se conformarem, mais perfeitamente, ao Cristo obediente” (LG 42.d).

## *Algumas questões práticas*

1. **Obediência adulta.** Certamente, é preciso que nos ponhamos de acordo sobre o termo. Contrapõe-se à obediência impessoal das crianças. A ordem do superior não nos dispensa de assumir a responsabilidade pelo que fizemos, de modo que nossa resposta seja plenamente humana. Nada pode sufocar ou desmontar o empenho pessoal, que constitui o próprio coração do homem religioso, pois a obediência não é a aquiescência a uma ordem, mas sim uma resposta a Deus. É preciso nos lançarmos na ação com todo o entusiasmo de que dispomos. Com efeito, o entusiasmo é o **teste** da responsabilidade; as coisas feitas sem entusiasmo não têm sentido na vida consagrada.

No passado, muito se falou em obediência “cega”, com referência ao slogan “*perinde ac cadaver*”, frase de São Francisco de Assis (como mencionam São Boaventura e o Celano), antes ainda de ser retomada por Santo Inácio de Loiola. O termo, sem dúvida, é infeliz, pretendendo ressaltar tão somente a total disponibilidade externa e não a interna, onde nossa responsabilidade pessoal, iluminada e guiada pela fé, deve animar tudo que fazemos. Uma obediência puramente mecânica não é um ato humano, não podendo ser uma homenagem a Deus, já que lhe falta a relação de liberdade e, portanto, de amor. Infelizmente, frequentemente se tentou reduzir a obediência à execução pontual das ordens: de parte dos súditos, talvez porque precisassem de uma segurança onde se refugiar, para subtrair-se aos empenhos da fé que obrigam a procurar e assumir responsavelmente; por parte dos superiores, talvez porque mais preocupados em “garantir” a obediência do que exigir sua autenticidade. De todo modo, se nossa homenagem deve ser humana, necessariamente deverá empenhar a inteligência e a vontade com toda a bagagem de amorosa criatividade que faz despontar a luz mesmo no escuro. A oração nos indicará o quando e o como.

2. **Falsa obediência.** Uma das surpresas ruins que, pela graça de Deus, um religioso pode ter é chegar, um dia, a constatar que toda sua obediência jamais foi obediência. Com efeito, é possível que se siga estritamente o que nos é ordenado e ainda assim não obedecer, da mesma forma que se podem dizer tantas orações e mesmo assim não rezar, pois rezar é falar e não repetir fórmulas. Portanto, assim como é possível existirem pessoas que há anos não rezam, ainda que digam orações, da mesma forma podem existir religiosos que há anos não obedecem, pois com seus atos não dão a Deus uma resposta verdadeiramente pessoal. Este é um desastre pior do que a própria desobediência, pois se constrói sobre a ilusão, da qual é difícil se converter.

As causas de tal situação podem ser muitas, mas, geralmente, convergem na falseada visão do superior no qual, ao invés de Deus, se vê apenas uma pessoa humana, que se ama ou se teme, a quem se deseja agradar ou pelo menos não desagradar; e nem ousa acrescentar: de quem se procurar aproveitar (infelizmente, isso também pode acontecer!). Os superiores não deveriam jamais procurar a popularidade, se fazendo pródigos em concessões; seu ofício não é o de contentar (e, decerto, tampouco de descontentar): é tão somente o de caminhar e fazer caminhar. De sua parte, os súditos têm o dever de não pedir uma permissão que sua consciência reprova; e, ainda que a obtenham, devem conscientemente deixar de usá-la, por saberem que, para si mesmos, não é válida. Não se pode agir astuciosamente com o Senhor. Do mesmo modo, nenhum superior pode dar uma permissão que certamente saiba ser contrária à vontade de Deus, ainda que a custo de passar por tirano. Mas, certamente, toda essa casuística nos faz desviar do caminho do amor sobre o qual marcham as almas verdadeiramente consagradas.

3. **Obediência “nobre” (consciente na edição em Português).** O Santo Fundador (11003) usa este adjetivo para a obedi-

ência livre de qualquer condicionamento. Tem razão. Se tivermos ideias confusas sobre a liberdade, jamais teremos ideias claras sobre a obediência. Liberdade não é capricho; este é escravidão; uma pessoa é verdadeiramente livre quando, em seu agir racional, não é condicionada por nada e por ninguém, dirigindo-se diretamente para onde deve ir. Digo “onde **deve**”, porque podemos nos desprender de qualquer criatura, mas jamais de Deus. Somos nós mesmos somente quando seguimos sua voz; somente ele, que é nosso projetista, possui a fórmula de nosso perfeito funcionamento. Nossa realização coincide com a sua vontade.

Às vezes se ouve que a obediência fere a personalidade. Se assim fosse, Cristo não a teria escolhido para si e para os seus. É lesiva apenas quando não é autêntica: então, é muito mais danosa do que se pensa, porque não só fere, mas destrói o que alguém é e faz. Quem se habituou a sempre se referir a soluções já prontas arrisca uma infantilidade eterna. Ao contrário, a obediência autêntica ajuda a nos libertarmos da liberdade caricatural que, tão frequentemente, contrabandeia os direitos da verdadeira liberdade: o próprio arbítrio egoísta. Romper com este vínculo de escravidão, para realizar, com o Verbo Encarnado, a salvadora “renegação de si” com a qual o homem se coloca completamente nas mãos de Deus, é assegurar o que São Paulo chama “a liberdade da glória dos filhos de Deus” (Rm 8,21).

O homem redimido atinge a própria perfeição à medida que se deixa guiar pelo Senhor. E o Senhor não costuma conduzir por um caminho fácil, pois todo caminho de liberdade é sempre difícil. Deve-se aprender lutando, o que significa seguir Deus passo a passo sem ser estorvado por condicionamentos, como podem ser as pessoas com seus limites, as estruturas com seus pesos, os acontecimentos com suas dificuldades, nós mesmos com nossas vontades de evasão e pausa. Não devemos pretender ser intocáveis, em nome do respeito devido às pessoas e do dever do superior de não

invadir a consciência dos súditos. Esta é a estrada boa para acabarmos abandonados a nós mesmos e, depois, perdidos. Ao contrário, é sinal de sabedoria não levar demasiadamente em conta as delimitações jurídicas e as modas espirituais. Se, hoje, o tipo de obediência majoritária não mira ao ideal de um exército compacto e eficiente no qual se acatam as decisões do chefe sem discussão, decerto não é para respeitar a todo custo vontades de cada um, mas sim para formar fortes consciências pessoais e comunitárias, conscientes das próprias responsabilidades e decididas a enfrentá-las. O risco existe e é o mesmo de ontem e de sempre. Como ontem a passividade condenava a pessoa a se atrofiar em uma gaiola de infantilidade, da mesma forma, hoje, a autossuficiência e o arbítrio podem comprimir a pessoa em um pequeno forte que acaba por se tornar uma prisão.

4. **Obediência difícil.** Lendo as crônicas de nossas origens, notamos que nossos Fundadores não impuseram a ninguém atos de obediência absurdos, como, por exemplo, plantar couves com a cabeça pra baixo ou regar, durante meses, um bastão seco espetado no terreno. Longe de nós criticarmos as Ordens que fizeram isto. Tais atos, embora sem valor em si, valiam para as disposições interiores que pretendiam criar. Hoje, a obediência frequentemente se torna difícil porque os religiosos se acham diante de suas exigências sem nenhum exercício preparatório. Mesmo sendo talentoso, o que faz um atleta sem treinamento?

Habitualmente, a obediência não comporta um procedimento irracional. Todavia, podemos dizer que a obediência verdadeira e importante, aquela que pode marcar uma reviravolta decisiva em nossa vida e da qual depende algo grande para nossa alma e nosso futuro, geralmente se apresenta com algum aspecto mais ou menos significativo de irracionalidade. Somente quem, como Abraão, aceita se deixar desenraizar para seguir com Deus na direção do desconhecido, pode dizer que se viu face à verdadeira obediência. São esses os momentos importantes em que se joga a nossa sorte e em que é necessário dizer a si mesmo: “Não é preciso que você compreenda; é preciso que obedeça”. É exatamente

o evangélico “perder-se para se encontrar” (Mt 10,39).

A crise pode acontecer, sobretudo, no momento das destinações. Para os jovens, a destinação deveria ser uma maturação através de novas experiências; para os velhos, um rejuvenescimento. Mas quem pensa nisso? Esse também é um sinal de infantilidade. Arraigando-se em nossos nichos fazemos como os passarinhos que não querem deixar o ninho, mesmo quando já estão prontos para voar. É preciso, ao contrário, não desperdiçar esses momentos de graça e aproveitá-los para uma séria revisão de vida. Por que fui transferido? Por que aqui estou me escondendo de algum perigo espiritual? Por que estou me fossilizando? Por que estou perdendo o cargo? Por que sou chamado para um serviço mais atual e urgente? Por que Deus precisa de mim para chegar a determinadas pessoas? Decerto, os superiores não podem dizer tudo nas destinações; o importante é que não digam mentiras, nem meias nem inteiras, porque, se o fizerem, os religiosos acabarão pensando que foram enganados e sofrerão mais. É natural, porém, que não se possam nem se devam dar demasiadas explicações, para não ferir ninguém.

Nesses momentos difíceis, é preciso pedir a Deus que nos faça saber dar tempo ao tempo e poder contar com os confrades para que nos ajudem a obedecer, fazendo com que nos voltemos para nossas tarefas religiosas. A pior desgraça que poderia nos acontecer seria nos vermos diante de alguma daquelas pessoas com a estranha mania de se comportar como defensores dos órfãos e das viúvas: assim, além dos pesos já existentes, logo nos veremos carregados de outros piores. São momentos em que é difícil tanto comandar como obedecer. A única coisa a fazer é ranger os dentes, recusar o falatório e partir o mais rápido possível. Assim demonstraremos que a obediência em nós é algo muito profundo e não uma capa que está arriscada a ser arrancada na primeira tempestade.

**5. Obediência caritativa.** Permitam-me dizer agora uma palavra em favor dos superiores. Vocês diriam: “*Cicero pro domo sua!* Você é um superior!”. Que seja. Mas, deixem-me falar do mesmo jeito. Quem achar engraçado, que escreva para o N° 6 da

“*Panem Nostrum*” e pode estar certo de que será publicado.

Os anos pós-concílio assistiram a uma enxurrada de livros e artigos sobre o “bom superior”: qualidades que deve ter; modo pelo qual deve governar; abertura com que deve enfrentar os problemas; método a ser usado com os súditos; etc. Daí resultou uma imagem tão sublimada e rarefeita que a conclusão é a de que é impossível existir um “verdadeiro” superior; assim, ninguém mais quer sê-lo e quem o é anseia pelo momento de passar o timão da barca para outro.

Essa exasperada idealização da autoridade arrisca conduzir a vida religiosa para as margens de uma falência certa. É preciso recolocar os pés na terra. Nenhum ser, como nenhuma instituição, aqui embaixo, vive a própria existência em condições ótimas. Quando se torna superior, um homem permanece sendo um homem, ainda que Deus faça nele um sinal sacramental de sua vontade. Terá a graça do estado, mas a graça não elimina a natureza: assim, continuará a ter – se não se corrigir – seus defeitos, sua opacidade, seus limites, toda a triste bagagem que os filhos de Adão, superiores ou súditos, têm de carregar até a morte, se o Espírito Santo não os aliviar. É, portanto, ilusório pretender que o superior não tenha defeitos; aliás, sempre ouvi – mas não sei se é justo – que “é bom que os superiores não sejam santos e que os santos não sejam superiores”. É preciso, pois, desmistificar esse demasiadamente exasperado retrato ideal do superior. Ele é homem entre os homens, irmão entre os irmãos, escolhido por Deus para servir sua família e para comunicar a essa a sua vontade. Existe porque existe a comunidade; e não vice-versa. Assim, sua função de guia e de serviço resulta da própria natureza das coisas. Não é que a comunidade lhe passe as ordens e ele as siga! Jesus, que embora “tivesse vindo para servir e não para ser servido” (Mt 20, 28), exercitou com clareza sua autoridade entre os discípulos: fez com que trabalhassem e repousassem: elogiou-os e reprovou-os;

aprovou algumas de suas maneiras de agir e desaprovou outras: verdadeiro servo porque verdadeiro superior, na medida que fazer crescer as pessoas na verdade é o mais alto serviço.

Não poucos problemas para a obediência derivam, hoje, do fato de que os superiores, não sabendo mais claramente qual o âmbito e o modo de seu serviço, atenuam seu exercício, com o perigo de que a comunidade acabe por ser praticamente governada pelos líderes naturais com seus humores e mau-humores. É urgente, pois, recolocar cada coisa no seu lugar. Único verdadeiro superior é a vontade de Deus: todos os outros são seus servos. O superior é aquele que deve lembrar *verbo et opere* o fim pelo qual todos, um dia, julgaram beatificador recusar o mundo.

Com frequência se ouvem contestações dos termos “superior” e “súdito”. Efetivamente, ambos podem incomodar. A tradição barnabita fala de “prepostos”, expressão análoga à eclesiástica “prelados”, isto é, “postos na frente”: e é todo um programa! A tradição monástica fala de “abades”, isto é, “pais”: também entre nós, no princípio, o preposto era chamado simplesmente “o Pai”. A tradição franciscana fala de “ministros” e “guardiães”, retomando a terminologia do Evangelho. Hoje, se prefere falar “responsáveis” ou termos similares. De todo modo, é bom que jamais nos apeguemos à forma, sabendo que toda linguagem é, em boa parte, convencional. O importante é nos mantermos fiéis à substância.

E é essa a substância: superiores e súditos estão construindo a mesma coisa, isto é, o reino de Deus. Não é que os interesses de uns sejam opostos aos dos outros; ao contrário, tudo que os divide constitui obstáculo para a realização do ideal comum. Devemos atingir uma amizade livre com os superiores a ponto de sermos capazes de lhes dizer tudo que seja útil para o bem comum. É terrível quando, devido à falta de colaboração dos súditos, a palavra do superior é a única. Essa deve ser a última, não a única.

De sua parte, o superior não deve se colocar, mas sim se sen-



tir ao nível dos outros. Respeitar e estimular todos como se faz entre bons amigos, sem nada de fictício mesmo quando se trata de anciãos ou pessoas difíceis. Deve dar confiança sem sombras de paternalismo. Deve agir e fazer agir, valorizando as capacidades de cada um. Não deve se sentir responsável pelos infortúnios da comunidade, mas deve fazer de tudo para evitá-los ou resolvê-los com serena discricção. Jamais deverá esquecer que ele mesmo pode errar e que seus religiosos podem errar, mas que o Senhor os ama mesmo assim, porque todos estão inscritos na história eterna com um único destino de amor. E ele também os ama. Ama-os a todo custo, mesmo quando seu amor possa ser tomado por política. E deve rezar quotidianamente por cada um deles.

Quanto aos súditos, tirem da cabeça a ideia, que está sempre à espreita, isto é, a ideia de que os superiores se aproveitam de sua autoridade. Devem pensar que assim como podem existir maus súditos, também podem existir maus superiores, embora seja mais raro, até porque, por pior que seja, é só um por comunidade. Assim como erraria o superior que pretendesse que em sua comunidade “não caísse folha que ele não quisesse”, também erraria quem pretendesse que o Superior homologasse tudo que fosse elaborado pela base, sem verificar sua adequação ao bem atual e futuro do grupo, à luz do carisma institucional. Se o discernimento é um dever de todos, no superior é exigido a nível absoluto e contínuo. E por que ser tão surdos e cegos a ponto de não se dar conta de que o superior é verdadeiramente de carne e osso, que, às vezes, está verdadeiramente mal e que, mesmo ele, necessita da esmola de um pouco de caridade? Decerto, nessas ocasiões, seria bom que agissem como os cireneus; mas, os superiores se contentariam com o fato de não agirem como os judeus, calcando a Jesus a cruz já pesada em si mesma.

“Comandar é a arte de engolir sapos. Se aprender, bem; se não aprender, prepare-se para um grande esgotamento”. É uma frase

real, dita por um Superior Maior a um Superior Local. Mas, como é amarga! Que o Senhor nos permita transformá-la nessa outra: *“Coragem, irmãos! Se até agora houve alguma falta de firmeza em nós, vamos jogá-la fora junto com a negligência e corramos como loucos não só para Deus, mas também para o próximo,”* (10216). Assim o quis o Santo Fundador.



## **Conclusão**

A obediência atinge o religioso no núcleo mais íntimo de si mesmo, lá onde cada um vive o diálogo pessoal com Deus e onde se concretizam os valores maiores: doação e comunhão. Mas, a vida religiosa não é propriamente um ato de obediência, mesmo que seja a um projeto evangélico. É, ao contrário, fundamentalmente, um ato de fé e de amor ao Senhor, ao qual se quer dar todo o seu próprio ser. Entramos na Congregação não para obedecer, mas sim para viver com o Senhor. Como defesa e continuação desse ato de fé e de amor, o religioso se liga a tarefas, para cujo fiel cumprimento poderá ser ajudado ou advertido por confrades e superiores. Quem tem uma fé tão grande a ponto de chegar à perfeição da obediência, cedo ou tarde descobrirá em si uma força superior às possibilidades humanas. Quanto mais se colocar à disposição de Deus, mais Deus realizará nele sua onipotência, segundo os imperscrutáveis desígnios de seu surpreendente amor. A estrada da obediência é sempre segura, porque Deus é sempre fiel.

A obediência é um dom. Às vezes, uma cruz; mas toda cruz se destina a permanecer vazia, porque todo crucificado é destinado à glória. Ninguém nasce obediente, pelo menos no sentido evangélico; deve aprender, talvez em um longo tirocínio e talvez, como Cristo, entre lágrimas e lamentos. Mas, certamente, chegará à beatitude da paz, porque a experiência ensina que os religiosos mais felizes são os religiosos obedientes.

Para quem ama, tudo é grande, mesmo coisas muito pequenas; aliás, não há nada grande que não seja feito de coisas mínimas. As pequenas obediências são como os vasos capilares de uma grande artéria que parte do coração. E é sempre no coração que tudo se joga

## *ÍNDICE*

6	APRESENTAÇÃO
9	Cristo, autoridade única
12	Quem é o superior?
15	O problema das mediações
17	Jesus nosso modelo
24	A doutrina do Santo Fundador
41	Um olhar sobre a obediência barnabítica
47	Obediência e Igreja
50	Algumas questões práticas
59	Conclusão



***Maria disse: Eis a escrava do Senhor.  
Faça-se em mim segundo a tua Palavra  
(Lc 1,38)***

***Jesus desceu então com seus pais para Nazaré, e permaneceu obediente a eles. E sua mãe conservava no coração todas essas coisas. E Jesus crescia em sabedoria, em estatura e graça, diante de Deus e dos homens. (Lc 2,51-52)***

***Irmãos, vocês foram chamados para serem livres. Que essa liberdade, porém, não se torne desculpa para vocês viverem satisfazendo os instintos egoístas. Pelo contrário, disponham-se a serviço uns dos outros através do amor. (Gl 5,13)***



***A obediência deve ser livre e não forçada. (30202)***

***Por acaso você conhece leis apenas punitivas? Com essas, o homem não melhora, nem muda totalmente os costumes, porque por dentro, fica aquilo que era e sempre estaria pronto para fazer o mal, quando a punição cessar. (31819)***



